

VIOLÊNCIA DO REGIME INTIMIDAVA DOCENTES, LEMBRA EMÍLIA VIOTTI

Pedro Estevam da Rocha Pomar
Editor da Revista Adusp

Daniel Garcia



“Afora os atos de solidariedade individual, como a dos professores Sérgio Buarque de Holanda e Antonio Candido de Mello e Souza, que compareceram às sessões da Auditoria Militar, e as manifestações de solidariedade de parte dos alunos e de alguns colegas, não houve reação”, lembra a historiadora Emília Viotti, professora da FFLCH-USP, a propósito do Inquérito Policial Militar que investigou suas atividades e de sua aposentadoria pelo Ato Institucional número 5 em 1969. Emília lecionou na Universidade de Yale de 1973 a 1999, quando voltou ao Brasil

A jovem professora Emília Viotti mal iniciara sua carreira no curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP — hoje Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) — quando foi compulsoriamente aposentada por obra do Ato Institucional número 5, o AI-5. Assim, foi no exterior, mais precisamente na Universidade de Yale, ao longo de vinte e cinco anos, que Emília tornou-se uma das mais importantes historiadoras brasileiras.

Quando ainda lecionava na FFLCH, publicou *Da Senzala à Colônia* (1966). Depois viriam *Da Monarquia à República* (Grijalbo, 1977), *A Abolição* (Global, 1992) e por fim *Crowns of glory, tears of blood: the Demerara slave rebellion of 1823* (New York Oxford University Press, 1997), publicado um ano depois no Brasil pela Companhia das Letras. Além dessas obras, que se tornaram referenciais, publicou diversos capítulos de livros e artigos.

A convite da *Revista Adusp*, a professora respondeu a algumas perguntas referentes ao período ditatorial, à sua trajetória acadêmica nos Estados Unidos e a questões da historiografia. Suas respostas, redigidas em estilo leve, conciso e cristalino, dão uma boa ideia do que se passou na USP e no Brasil naquele momento.

“A violência dos governantes intimidava a maioria”, lembra a historiadora e professora emérita da FFLCH e de Yale. “A USP não foi responsável pela violência que sofremos eu e minha família. Algumas pessoas da USP aproveitaram-se da situação política para eliminar concorrentes e desafetos. Regimes ditatoriais propiciam esses atos”.

Adusp. Em 1969, depois de proferir aula inaugural na USP, intitulada *A crise da Universidade*, e debater o assunto com o ministro Tarso Dutra, da Educação, em um programa de TV, a senhora foi presa, segundo os Inventários da UFS-Car. A senhora pode lembrar esse episódio e seus desdobramentos?

EMÍLIA VIOTTI. Lembro-me perfeitamente. Essas coisas nunca se esquecem. A sequência dos fatos é o único detalhe sobre o qual não tenho certeza. De fato em 1969 fui convidada pelo professor Eurípedes Simões de Paula para proferir a aula inaugural dos cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (tal como se intitulava então), na qualidade de mais jovem livre docente. Pouco tempo depois fui aposentada pelo governo militar. Meu nome foi incluído numa lista que continha vários outros professores da Universidade que também foram afastados. Nessa época o professor Michael Hall, que estava no Brasil fazendo pesquisas para sua tese, ofereceu-me a oportunidade de assumir temporariamente o seu lugar na Universidade de Tulane em New Orleans. Meu advogado, preocupado, aconselhou-me a sair do Brasil por uns tempos, tendo em vista que o clima político repressivo tendia a se agravar. Caio Prado Junior fora preso, condenado a dois anos de prisão, e eu estava respondendo a um processo na Auditoria Militar. As arbitrariedades e a violência aumentavam dia a dia. Era impossível prever o que poderia acontecer. Apesar das dificuldades que essa decisão de sair do país acarretava



para minha família, pois eu tinha na ocasião três filhos, sendo dois com menos de onze anos, resolvi seguir o conselho de meu advogado e fui dar um curso nos Estados Unidos..

Revista Adusp. Em abril de 1969 a senhora e outros professores de renome foram aposentados compulsoriamente pelo general Costa e Silva com base no AI-5. Qual foi a reação do corpo docente frente a esse gesto brutal do regime?

EMÍLIA. Hoje é difícil para os jovens que não viveram aquela experiência compreender o comportamento das pessoas que viveram



naquele período. A violência dos governantes intimidava a maioria. Afora os atos de solidariedade individual, como a dos professores Sérgio Buarque de Holanda e Antonio Candido de Mello e Souza, que compareceram às sessões da Auditoria Militar que investigavam o meu caso, e as manifestações de solidariedade de parte dos alunos e de alguns colegas, não houve reação.

Revista Adusp. Antes da cassação a senhora já havia sido objeto de um Inquérito Policial Militar, por denúncia de um colega. Quem era esse docente e em que contexto

isso ocorreu?

EMÍLIA. De fato houve um IPM. Eu fui chamada a depor e vários colegas também foram chamados. Nunca soube quem depusera contra mim. Nem procurei saber. O mal já estava feito. De que valeria buscar o responsável, se é que houve um? Nunca procurei saber quem estava envolvido nessa trama, ou qual o procedimento seguido. Na verdade o processo instaurado contra mim continuou depois da minha aposentadoria. Fui absolvida na primeira instância, mas o processo continuou até a segunda instância. Em 1971 fui ao Rio de Janeiro as-

sistir à sessão que tratava do meu e outros casos. Novamente fui absolvida. Assim terminou o caso. Ou melhor, deveria ter terminado. A aposentadoria no entanto foi mantida e só anos mais tarde fui chamada a voltar ao meu cargo na Universidade. Nessa altura já estava ocupando a posição que ocupei até 1999 na Universidade de Yale e a situação no Brasil me parecia incerta. Resolvi permanecer em Yale. Em 1993 tive um pequeno acidente vascular e passei a trabalhar meio período até 1999, quando me aposentei.

Revista Adusp. Uma vez aposentada, o que a senhora decidiu fazer da vida? Que rumos tomou a sua carreira profissional? Yale foi a primeira opção?

EMÍLIA. Naquela época (refiro-me a 1969), recebi um convite do professor Joseh Love, da Universidade de Urban-Champaign, para dar cursos de História da América Latina por um semestre naquela Universidade. Desta vez resolvi levar meus filhos comigo. Separei-me do meu marido e aceitei o convite e fui novamente para os Estados Unidos. Ao final do semestre me candidatei a um cargo no Smith College e fui aceita para dar cursos sobre a América Latina. No ano seguinte Yale estava contratando um professor para dar cursos sobre a América Latina, O professor Richard Morse, que já me conhecia do Brasil, era o responsável pelo setor e amigo do professor Sérgio Buarque de Holanda e de Antonio Candido. Eu me candidatei e fui contratada.

Desde 1973 até 1999 lectionei na Universidade de Yale. Resumido

em poucas palavras esse percurso parece fácil. O que fica oculto são as inúmeras dificuldades de aprender uma nova língua com todas as nuances necessárias para dar uma boa aula, as dificuldades que meus filhos encontraram em se acostumar com a língua e as escolas, a falta dos amigos e amigas que ficaram no Brasil, a sensação de viver num exílio forçado longe de nossas tradições e de nossa cultura.

Revista Adusp. Em 1999 a senhora se tornou professora emérita da FFLCH. Ouve alguma outra iniciativa da USP para reparar os danos causados pela aposentadoria compulsória em 1969?

EMÍLIA. A USP não foi responsável pela violência que sofremos eu e minha família. Algumas pessoas da USP aproveitaram-se da situação política para eliminar concorrentes e desafetos. Não se pode esperar desses que reconheçam o mal que fizeram. Regimes ditatoriais procípiam esses atos.

Revista Adusp. O então reitor Jacques Marcovitch a nomeou, em 2000, para o Conselho Consultivo da USP. Hoje não se fala mais desse Conselho, é como se nunca tivesse existido. O que a senhora pode nos dizer dessa experiência?

EMÍLIA. Foi uma experiência muito fecunda; o convívio com colegas interessados no aperfeiçoamento do ensino e da convivência universitária. Lamento que não tenham dado continuidade a esse empreendimento.

Revista Adusp. Voltando à Ditadura Militar: hoje há uma “onda

revisionista”, que envolve ^{Daniel Garcia}historiadores como Daniel Aarão Reis Filho (UFF) e Marco Antonio Villa (UFSCar). No texto “O Sol na Penneira”, publicado na *Revista Histórica* da Biblioteca Nacional (edição 83, 2012), embora reconheça que o país “conheceu cinco generais-presidentes”, Aarão Reis insiste em que a ditadura foi “civil-militar” e chega a afirmar: “É inútil esconder a participação de amplos segmentos da população no movimento que levou à instauração da ditadura em 1964. É como tapar o sol com a penneira. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade mobilizaram dezenas de milhões [*sic*] de pessoas, de todas as classes sociais, contra o governo João Goulart”.

Como a senhora enxerga essas visões revisionistas, que surgem coincidentemente num momento histórico em que os familiares de mortos e desaparecidos políticos (e a maioria dos ex-presos políticos, e dos exilados e perseguidos) tentam repor a verdade e a memória, e procuram fazer justiça, ao passo que os generais e o governo insistem em proteger a impunidade dos agentes da Ditadura Militar?

EMÍLIA. Acho lamentável, mas compreensível, que os setores responsáveis pela repressão tentem ocultar a realidade. O mais difícil é entender que liberais façam o mesmo. Quem como eu participou diretamente do sucedido e foi vítima das arbitrariedades cometidas terá inevitavelmente uma visão contrária. A discussão desse assunto precisa não de um depoimento pessoal, mas de uma análise ampla que só um simpósio poderia examinar de

forma adequada. Isso torna-se tanto mais urgente quanto a herança da Ditadura se faz sentir de forma evidente no Brasil de hoje.

Revista Adusp. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue* trata da escravidão na Guiana Inglesa, um pequeno país que os brasileiros costumam ignorar apesar da proximidade. O que levou a senhora a pesquisar um objeto tão original e ao mesmo tempo tão distante de uma certa historiografia que ignora nossos vizinhos?

EMÍLIA. Uma parte significativa do meu trabalho como historiadora tratou de múltiplos aspectos da escravidão e da Abolição no Brasil. No início o meu interesse era estudar como fora possível fazer, sem provocar uma convulsão social, uma reforma tão importante como a Abolição. Nada mais natural do que analisar esse processo no Brasil e compará-lo com outras partes do mundo onde a escravidão tivera um papel semelhante. Quando passei a lecionar em Yale entrei em contato com a documentação referente à revolta de escravos em Demerara. A riqueza de informações me atraiu. Desde logo reconheci que esta me permitiria escrever a história a partir de múltiplos pontos de vista: um tipo de abordagem que sempre me atraía desde meus primeiros anos como aluna do curso de história, quando eu me perguntava por que os romances frequentemente davam uma visão mais concreta do passado do que os próprios livros de história. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue* resultou dessas reflexões.